

Acórdão nº 9.379/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 14.801.2011-40-TCE (C/ 03 Anexos e Processos nºs 14.679.2011-30-TCE e 14.633.2011-10-TCE – Apensos)

ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Manuel Urbano, exercício de 2010

RESPONSÁVEIS: Senhores Manoel da Silva Almeida e Francisco Sebastião Mendes

RELATOR: Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias

Prestação de Contas. Prefeitura. Condenação. Devolução de valores. Aplicação de multa. Abertura de Tomada de Contas Especial. Comunicação ao Ministério Público Estadual. Encaminhamento à Câmara Municipal.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** os Senhores **Manoel da Silva Almeida e Francisco Sebastião Mendes** a **devolverem, solidariamente**, aos cofres do Tesouro Municipal de Manoel Urbano, no prazo de **30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a quantia de **R\$ 312.686,85** (trezentos e doze mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), referente ao saldo financeiro não comprovado; **2) aplicar multa** aos Senhores **Manoel da Silva Almeida e Francisco Sebastião Mendes**, com fundamento no artigo 88, da LCE nº 38/1993, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) do somatório das importâncias a serem devolvidas, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Município de Manoel Urbano, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **3) abrir Tomada de Contas Especial**, nos termos do artigo 44, da LCE nº 38/1993, para apuração dos valores pagos ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Secretários Municipais, a título de subsídios no período enfocado; **4) comunicar** o apurado ao **Ministério Público Estadual**, para adoção das providências que entender pertinentes, diante da despesa realizada sem autorização orçamentária, incorrendo, assim, no crime capitulado no artigo 359-D do Código Penal (“ordenar despesa não autorizada por lei”); e **5) encaminhar** cópia dos autos a **Câmara Municipal de Manoel Urbano**, a quem compete o julgamento desta Prestação de Contas, a teor do disposto no artigo 23, da Constituição Estadual. Após as

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antônio Jorge Malheiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 17 de dezembro de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador do MPE/TCE/AC